

ÍNDICE GERAL

▪ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

• Índice Sistemático da Constituição Federal	20
• Constituição da República Federativa do Brasil.....	23
• Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	94
• Emendas Constitucionais.....	116

▪ LINDB

• Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.....	166
--	-----

▪ CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

• Índice Sistemático do Código de Processo Civil	170
• Exposição de Motivos do Código de Processo Civil	177
• Código de Processo Civil	184

▪ CÓDIGO CIVIL

• Índice Sistemático do Código Civil	272
• Código Civil	282

▪ CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

• Índice Sistemático do Código de Defesa do Consumidor	378
• Código de Defesa do Consumidor	379

▪ CÓDIGO ELEITORAL

• Índice Sistemático do Código Eleitoral	392
• Código Eleitoral	394

▪ CÓDIGO FLORESTAL

• Índice Sistemático do Código Florestal.....	428
• Código Florestal.....	429

▪ CÓDIGO PENAL

• Índice Sistemático do Código Penal	446
• Lei de Introdução ao Código Penal	449
• Exposição de Motivos da Nova Parte Geral do Código Penal.....	450
• Exposição de Motivos da Parte Especial do Código Penal.....	457
• Código Penal.....	467

▪ CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

• Índice Sistemático do Código de Processo Penal.....	512
• Lei de Introdução ao Código de Processo Penal	515
• Exposição de Motivos do Código de Processo Penal.....	516
• Código de Processo Penal.....	521

▪ CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

• Índice Sistemático do Código Tributário Nacional	586
• Código Tributário Nacional	589

▪ CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO (EXCERTOS)

• Consolidação das Leis do Trabalho.....	606
--	-----

▪ ESTATUTOS

• Estatuto do Índio.....	620
• Estatuto da Criança e do Adolescente.....	624
• Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB	656
• Estatuto da Cidade	669
• Estatuto da Pessoa Idosa.....	676
• Estatuto da Igualdade Racial	684
• Estatuto da Pessoa com Deficiência.....	690
• Estatuto da Pessoa com Câncer	703

▪ LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

• Legislação Complementar	708
---------------------------------	-----

▪ REGIMENTOS INTERNOS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

• Supremo Tribunal Federal.....	1300
• Superior Tribunal de Justiça	1328

▪ SÚMULAS

• Súmulas Vinculantes	1366
• Supremo Tribunal Federal	1369
• Superior Tribunal de Justiça	1387
• Tribunal Superior Eleitoral	1404

▪ ÍNDICES ALFABÉTICO-REMISSIVOS

• Índice alfabético-remissivo das Súmulas	1408
• Índice alfabético-remissivo – Direito Constitucional	1410

LISTA DE ABREVIATURAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas	DJ	Diário da Justiça
Ac.	Acórdão	DJE	Diário da Justiça Eletrônica
ACC	Autorização para Conduzir Ciclomotor	DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	DOU	Diário Oficial da União
ADECON	Ação Declaratória de Constitucionalidade	DPVAT	Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua Carga, a Pessoas Transportadas ou não
ADIN	Ação Direta de Inconstitucionalidade		Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental	DSST	
AGNU	Assembleia-Geral das Nações Unidas	EC	Emenda Constitucional
AgReg	Agravo Regimental	ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990)
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica	ECR	Emenda Constitucional de Revisão
ANTP	Associação Nacional de Transportes Públicos	En.	Enunciado
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres	EOAB	Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei nº 8.906/1994)
APEX	Autorização Provisória Experimental	ER	Emenda Regimental
Art.	Artigo	ERE	Embargos em Recurso Extraordinário
Arts.	Artigos	FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica	FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
CAT	Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito	FONAJE	Fórum Nacional dos Juizados Especiais
c/c	combinado com	FONAJEF	Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais
CC/1916	Código Civil de 1916	FNNC	Fundo Nacional sobre Mudança do Clima
CC	Código Civil (Lei nº 10.406/2002)	FUNSET	Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito
CCom.	Código Comercial (Lei nº 556/1850)	HC	Habeas Corpus
CDC	Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990)	IN	Instrução Normativa
CE	Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965)	INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (denominação alterada pela Lei nº 12.545, de 14-12-2011)
CEF	Caixa Econômica Federal	Inq.	Inquérito
CETRAN	Conselho Estadual de Trânsito	IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor
CF	Constituição Federal	ITL	Instituição Técnica Licenciada
CFC	Centro de Formação de Condutores	j.	Julgamento
CGJT	Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho	JARI	Junta Administrativa de Recurso de Infrações
Civ.	Civil	JEC	Juizado Especial Civil
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho (Dec.-Lei nº 5.452/1943)	JECrim	Juizado Especial Criminal
CNH	Carteira Nacional de Habilitação	JEF	Juizado Especial Federal
CNJ	Conselho Nacional de Justiça	LADV	Licença para Aprendizagem de Direção Veicular
CNSP	Conselho Nacional de Seguros Privados	LC	Lei Complementar
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente	LCP	Lei das Contravenções Penais (Dec.-Lei nº 3.688/1941)
CONMETRO	Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial	LEP	Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984)
CONTRAN	Conselho Nacional de Trânsito	LINDB	Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Dec.-Lei nº 4.657, de 4-9-1942)
CONTRANDIFE	Conselho de Trânsito do Distrito Federal	MJ	Ministério da Justiça
CP	Código Penal (Dec.-Lei nº 2.848/1940)	MP	Medida Provisória
CPC/2015	Código de Processo Civil de 2015	MPAS	Ministério da Previdência e Assistência Social
CPM	Código Penal Militar (Dec.-Lei nº 1.001/1969)	MTb	Ministério do Trabalho, atual Ministério do Trabalho e Emprego – MTE
CPP	Código de Processo Penal (Dec.-Lei nº 3.689/1941)	MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
CPPM	Código de Processo Penal Militar (Dec.-Lei nº 1.002/1969)	OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
Crim.	Criminal	OIT	Organização Internacional do Trabalho
CRLV	Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo	OJ	Orientação Jurisprudencial
CRV	Certificado de Registro de Veículo	PN	Precedente Normativo
CSV	Certificado de Segurança Veicular	Port.	Portaria
CTB	Código de Trânsito Brasileiro	RAC	Regulamento de Avaliação de Conformidade
CTN	Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1963)	RE	Recurso Extraordinário
CTVV	Convenção sobre Trânsito Viário de Viena	REFIS	Programa de Recuperação Fiscal
CVM	Comissão de valores Mobiliários	RENACH	Registro Nacional de Condutores Habilitados
Dec.	Decreto	RENACOM	Registro Nacional de Cobrança de Multas
Dec.-lei	Decreto-lei		
Del.	Deliberação		
DENATRAN	Departamento Nacional de Trânsito		
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito		

RENAINF	Registro Nacional de Infrações de Trânsito	SECEX	Secretaria de Comércio Exterior
RENAVAN	Registro Nacional de Veículos Automotores	SEFIT	Secretaria de Fiscalização do Trabalho
RENFOR	Rede Nacional de Formação e Habilitação de Condutores	Segs.	Seguintes
REPORTO	Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária	SF	Senado Federal
Repre.	Representação	SINET	Sistema Nacional de Estatísticas de Trânsito
Res.	Resolução	SIT	Secretaria de Inspeção do Trabalho
Res. Adm.	Resolução Administrativa	SNT	Sistema Nacional de Trânsito
Res. Norm.	Resolução Normativa	SRT	Secretaria de Relações do Trabalho
REsp.	Recurso Especial	SS	Suspensão de Segurança
RFB	Receita Federal do Brasil	STF	Supremo Tribunal Federal
RHC	Recurso de Habeas Corpus	STJ	Superior Tribunal de Justiça
RISTF	Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal	STM	Superior Tribunal Militar
RISTJ	Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça	Súm.	Súmula
RITST	Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho	Súm. Vinc.	Súmula Vinculante
SDC	Seção de Dissídios Coletivos	SUSEP	Superintendência de Seguros Privados
SDE	Secretaria de Direito Econômico	TDA	Titulos da Dívida Agrária
SDI	Seção de Dissídios Individuais	TFR	Tribunal Federal de Recursos
SEAE	Secretaria de Acompanhamento Econômico	TJ	Tribunal de Justiça
		TNU-JEF	Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais
		TRF	Tribunal Regional Federal
		TRT	Tribunal Regional do Trabalho
		TSE	Tribunal Superior Eleitoral
		TST	Tribunal Superior do Trabalho

ÍNDICE CRONOLÓGICO GERAL

■ LEIS COMPLEMENTARES

LEI COMPLEMENTAR Nº 64, DE 18 DE MAIO DE 1990	760
<i>Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 76, DE 6 DE JULHO DE 1993.....	861
<i>Dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 97, DE 9 DE JUNHO DE 1999	981
<i>Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000	988
<i>Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 140, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011	1098
<i>Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 142, DE 8 DE MAIO DE 2013	1117
<i>Regulamenta o § 1º do art. 201 da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 152, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2015	1138
<i>Dispõe sobre a aposentadoria compulsória por idade, com proventos proporcionais, nos termos do inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal.</i>	

■ DECRETOS-LEI

DECRETO-LEI Nº 4.597, DE 19 DE AGOSTO DE 1942	708
<i>Dispõe sobre a prescrição das ações contra a Fazenda Pública e dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 9.760, DE 5 DE SETEMBRO DE 1946.....	708
<i>Dispõe sobre os bens imóveis da União dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 200, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967	732
<i>Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 201, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967	748
<i>Dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores, e dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 667, DE 2 DE JULHO DE 1969 (EXCERTOS)	750
<i>Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências.</i>	

■ LEIS

LEI Nº 1.060, DE 5 DE FEVEREIRO DE 1950.....	722
<i>Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.</i>	
LEI Nº 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950.....	723
<i>Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.</i>	
LEI Nº 1.408, DE 9 DE AGOSTO DE 1951	729
<i>Prorroga vencimento de prazos judiciais e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 1.579, DE 18 DE MARÇO DE 1952.....	729
<i>Dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.</i>	
LEI Nº 4.717, DE 29 DE JUNHO DE 1965	730
<i>Regula a ação popular.</i>	
LEI Nº 6.683, DE 28 DE AGOSTO DE 1979	750
<i>Concede anistia e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981	751
<i>Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.106, DE 28 DE JUNHO DE 1983	756
<i>Define os crimes de responsabilidade do governador do Distrito Federal, dos governadores dos Territórios Federais e de seus respectivos secretários, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985	757
<i>Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado) e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.783, DE 28 DE JUNHO DE 1989	758
<i>Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.913, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1989	759
<i>Dispõe sobre a ação civil pública de responsabilidade por danos causados aos investidores no mercado de valores mobiliários.</i>	
LEI Nº 8.038, DE 28 DE MAIO DE 1990.....	765
<i>Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.</i>	
LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990.....	767
<i>Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990	776
<i>Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.</i>	
LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991	798
<i>Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991 (EXCERTOS)	816
<i>Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.257, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1991	835
<i>Dispõe sobre a expropriação das glebas nas quais se localizam culturas ilegais de plantas psicotrópicas e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992	835
<i>Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.448, DE 21 DE JULHO DE 1992	852
<i>Regulamenta os arts. 37, inciso XI e 39, § 1º da Constituição Federal e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993	863
<i>Estabelece a obrigatoriedade da declaração de bens e rendas para o exercício de cargos, empregos e funções nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993	864
<i>Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995.....	887
<i>Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.051, DE 18 DE MAIO DE 1995.....	893
<i>Dispõe sobre a expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações.</i>	

LEI Nº 9.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995.....	893
<i>Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995.....	902
<i>Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.265, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1996.....	908
<i>Regulamenta o inciso LXXVII do art. 5º da Constituição, dispondo sobre a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania.</i>	
LEI Nº 9.277, DE 10 DE MAIO DE 1996.....	908
<i>Autoriza a União a delegar aos municípios, estados da Federação e ao Distrito Federal a administração e exploração de rodovias e portos federais.</i>	
LEI Nº 9.296, DE 24 DE JULHO DE 1996.....	909
<i>Regulamenta o inciso XIII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.....	910
<i>Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.</i>	
LEI Nº 9.452, DE 20 DE MARÇO DE 1997.....	925
<i>Determina que as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos Municípios e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.494, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997.....	925
<i>Disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997.....	926
<i>Estabelece normas para as eleições.</i>	
LEI Nº 9.507, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1997.....	948
<i>Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data.</i>	
LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998.....	949
<i>Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.649, DE 27 DE MAIO DE 1998.....	956
<i>Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.709, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998.....	971
<i>Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.....	971
<i>Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999.....	973
<i>Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.</i>	
LEI Nº 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999.....	978
<i>Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.868, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999.....	984
<i>Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.</i>	
LEI Nº 9.882, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1999.....	987
<i>Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000.....	1001
<i>Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.259, DE 12 DE JULHO DE 2001.....	1008
<i>Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.</i>	

LEI Nº 10.309, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2001	1015
<i>Dispõe sobre a assunção pela União de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de empresas aéreas brasileiras.</i>	
LEI Nº 10.744, DE 9 DE OUTUBRO DE 2003	1043
<i>Dispõe sobre a assunção, pela União, de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas, atos de guerra ou eventos correlatos, contra aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo público, excluídas as empresas de táxi aéreo.</i>	
LEI Nº 11.182, DE 27 DE SETEMBRO DE 2005	1044
<i>Cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.417, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006	1049
<i>Regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal e altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009	1065
<i>Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.153, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009	1080
<i>Dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.</i>	
LEI Nº 12.351, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010	1082
<i>Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social – FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011	1091
<i>Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.528, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011	1097
<i>Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.</i>	
LEI Nº 12.562, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011	1102
<i>Regulamenta o inciso III do art. 36 da Constituição Federal, para dispor sobre o processo e julgamento da representação interventiva perante o Supremo Tribunal Federal.</i>	
LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012	1112
<i>Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013	1118
<i>Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014	1121
<i>Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.</i>	
LEI Nº 12.986, DE 2 DE JUNHO DE 2014	1125
<i>Transforma o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH; revoga as Leis nº 4.319, de 16 de março de 1964, e 5.763, de 15 de dezembro de 1971; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 13.089, DE 12 DE JANEIRO DE 2015	1127
<i>Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 13.188, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015	1136
<i>Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social.</i>	
LEI Nº 13.300, DE 23 DE JUNHO DE 2016	1138
<i>Disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 13.311, DE 11 DE JULHO DE 2016	1140
<i>Institui, nos termos do caput do art. 182 da Constituição Federal, normas gerais para a ocupação e utilização de área pública urbana por equipamentos urbanos do tipo quiosque, trailer, feira e banca de venda de jornais e de revistas.</i>	

LEI Nº 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017.....	1140
<i>Institui a Lei de Migração.</i>	
LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018	1181
<i>Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)</i>	
LEI Nº 13.810, DE 8 DE MARÇO DE 2019.....	1196
<i>Dispõe sobre o cumprimento de sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, incluída a indisponibilidade de ativos de pessoas naturais e jurídicas e de entidades, e a designação nacional de pessoas investigadas ou acusadas de terrorismo, de seu financiamento ou de atos a ele correlacionados; e revoga a Lei nº 13.170, de 16 de outubro de 2015.</i>	
LEI Nº 13.869, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019	1199
<i>Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).</i>	
LEI Nº 13.872, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019.....	1202
<i>Estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União.</i>	
LEI Nº 13.874, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019.....	1202
<i>Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera as Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 12.682, de 9 de julho de 2012, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.934, de 18 de novembro 1994, o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, a Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 14.126, DE 22 DE MARÇO DE 2021.....	1209
<i>Classifica a visão monocular como deficiência sensorial, do tipo visual.</i>	
LEI Nº 14.129, DE 29 DE MARÇO DE 2021.....	1209
<i>Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017.</i>	
LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021	1215
<i>Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.</i>	
LEI Nº 14.172, DE 10 DE JUNHO DE 2021	1251
<i>Dispõe sobre a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública.</i>	
LEI Nº 14.289, DE 3 DE JANEIRO DE 2022.....	1253
<i>Torna obrigatória a preservação do sigilo sobre a condição de pessoa que vive com infecção pelos vírus da imunodeficiência humana (HIV) e das hepatites crônicas (HBV e HCV) e de pessoa com hanseníase e com tuberculose, nos casos que estabelece; e altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975.</i>	
LEI Nº 14.344, DE 24 DE MAIO DE 2022.....	1262
<i>Cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, nos termos do § 8º do art. 226 e do § 4º do art. 227 da Constituição Federal e das disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 14.442, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022.....	1266
<i>Dispõe sobre o pagamento de auxílio-alimentação ao empregado e altera a Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.</i>	
LEI Nº 14.583, DE 16 DE MAIO DE 2023.....	1272
<i>Dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças, adolescentes e idosos.</i>	
LEI Nº 14.701, DE 20 DE OUTUBRO DE 2023	1272
<i>Regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas; e altera as Leis nºs 11.460, de 21 de março de 2007, 4.132, de 10 de setembro de 1962, e 6.001, de 19 de dezembro de 1973.</i>	

LEI Nº 14.751, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023	1275
<i>Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, nos termos do inciso XXI do caput do art. 22 da Constituição Federal, altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969.</i>	
LEI Nº 15.042, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2024	1284
<i>Institui o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE); e altera as Leis nºs 12.187, de 29 de dezembro de 2009, 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), 6.385, de 7 de dezembro de 1976 (Lei da Comissão de Valores Mobiliários), e 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos).</i>	
LEI Nº 15.124, DE 24 DE ABRIL DE 2025	1295
<i>Veda a adoção de critérios discriminatórios contra estudantes e pesquisadores em virtude de gestação, de parto, de nascimento de filho ou de adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção nos processos de seleção para bolsas de estudo e pesquisa das instituições de educação superior e das agências de fomento à pesquisa.</i>	
LEI Nº 15.142, DE 3 DE JUNHO DE 2025	1296
<i>Reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas; e revoga a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.</i>	
▪ DECRETOS	
DECRETO Nº 20.910, DE 6 DE JANEIRO DE 1932	708
<i>Regula a prescrição quinquenal.</i>	
DECRETO Nº 591, DE 6 DE JULHO DE 1992	842
<i>Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação.</i>	
DECRETO Nº 592, DE 6 DE JULHO DE 1992	846
<i>Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Promulgação.</i>	
DECRETO Nº 678, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1992.....	853
<i>Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969.</i>	
DECRETO Nº 3.927, DE 19 DE SETEMBRO DE 2001	1010
<i>Promulga o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, celebrado em Porto Seguro em 22 de abril de 2000.</i>	
DECRETO Nº 4.388, DE 25 DE SETEMBRO DE 2002	1016
<i>Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.</i>	
DECRETO Nº 6.514, DE 22 DE JULHO DE 2008	1049
<i>Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009	1068
<i>Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.</i>	
DECRETO Nº 7.203, DE 4 DE JUNHO DE 2010.....	1081
<i>Dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal.</i>	
DECRETO Nº 7.724, DE 16 DE MAIO DE 2012	1102
<i>Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.</i>	
DECRETO Nº 7.845, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012.....	1113
<i>Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento.</i>	

DECRETO Nº 8.727, DE 28 DE ABRIL DE 2016.....	1138
<i>Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.</i>	
DECRETO Nº 9.199, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017.....	1150
<i>Regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração.</i>	
DECRETO Nº 9.522, DE 8 DE OUTUBRO DE 2018.....	1192
<i>Promulga o Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, firmado em Marraqueche, em 27 de junho de 2013.</i>	
DECRETO Nº 10.929, DE 7 DE JANEIRO DE 2022.....	1253
<i>Estabelece procedimento especial para consultas públicas de decretos destinados a regulamentar dispositivo da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.</i>	
DECRETO Nº 10.932, DE 10 DE JANEIRO DE 2022.....	1254
<i>Promulga a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, firmado pela República Federativa do Brasil, na Guatemala, em 5 de junho de 2013.</i>	
DECRETO Nº 10.947, DE 25 DE JANEIRO DE 2022.....	1257
<i>Regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.</i>	
DECRETO Nº 10.952, DE 27 DE JANEIRO DE 2022.....	1260
<i>Regulamenta a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021, e estabelece os critérios de transferência automática de recursos, a título de apoio financeiro, aos Estados e ao Distrito Federal, para a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública, por meio da Plataforma +Brasil.</i>	
DECRETO Nº 11.034, DE 5 DE ABRIL DE 2022.....	1261
<i>Regulamenta a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, para estabelecer diretrizes e normas sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor.</i>	
DECRETO Nº 11.531, DE 16 DE MAIO DE 2023.....	1267
<i>Dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União, e sobre parcerias sem transferências de recursos, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou de acordos de adesão.</i>	
DECRETO Nº 12.343, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2024.....	1295
<i>Atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.</i>	
■ CÓDIGO DE ÉTICA	
CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DA OAB.....	1130
<i>Aprova o Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.</i>	
■ REGIMENTOS INTERNOS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES	
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	1300
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	1328
■ REGULAMENTO GERAL	
REGULAMENTO GERAL DO ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB.....	873
<i>Dispõe sobre o Regulamento Geral previsto na Lei n. 8.906, de 04 de julho de 1994.</i>	
■ RESOLUÇÕES	
RESOLUÇÃO STF Nº 661, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2020.....	1205
<i>Dispõe sobre o envio de comunicações processuais e autos de processos eletrônicos por mensagem eletrônica registrada.</i>	
RESOLUÇÃO STF Nº 693, DE 17 DE JULHO DE 2020.....	1206
<i>Regulamenta o processo judicial eletrônico no âmbito do Supremo Tribunal Federal e dá outras providências.</i>	